

LIMPOS E ROBUSTOS: higienização dos alunos na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1927-1935)

Clean and robust: hygienization of students at the
Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1927-1935)

Limpio y fuertes: la higienización de los alumnos de la
Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1927-1935)

PEDRO DE OLIVEIRA MILAGRES^{1*}, ANDERSON DA CUNHA BAÍA²

¹Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. ²Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. *Autor correspondente. E-mail: pedromilagres.ef@gmail.com.

Resumo: Objetivou-se analisar a mobilização de ferramentas higiênicas no projeto formador da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, nos primeiros anos de funcionamento (1927-1935). Para tanto, foram analisados documentos institucionais – estatutos, relatórios, questionários, entre outros –, a partir do aporte metodológico da História Cultural, por Certeau (2015) e Chartier (1988). Identificou-se a adoção de ferramentas para o combate às verminoses e o aprimoramento do peso corporal dos alunos, com destaque às práticas corporais. Em 1934, o médico dr. Raymundo Faria foi contratado, reforçando o intuito higiênico das práticas corporais e radicalizando o combate às verminoses. Conclui-se que as ferramentas mobilizadas na ESAV tiveram como finalidade de medicalizar os corpos dos alunos.

Palavras-chave: sanitarianismo; práticas higiênicas; verminoses; medicalização.

Abstract: This paper aims to analyze the mobilization of hygienic tools in the training project of the Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, during its first years of operation (1927-1935). To do this, we investigated institutional documents – statutes, reports, questionnaires, etc. – using Cultural History references, by Certeau (2015) and Chartier (1988). It identified that the administration adopted tools to clean up hookworm disses and improve the students' weight, with emphasis on bodily practices. In 1934, Dr. Raymundo Faria was hired. He reinforced the hygienic aims of practices and radicalized the treatment against hookworms. It is concluded that the tools mobilized on the ESAV aimed to medicalize the students' bodies.

Keywords: sanitarianism; hygienic practices; hookworms; medicalization.

Resumen: El objetivo fue analizar la movilización de instrumentos higiénicos en el proyecto de formación de la Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa en sus primeros años (1927-1935). Se examinaron documentos institucionales – estatutos, informes, cuestionarios – con enfoque en la Historia Cultural según Certeau (2015) y Chartier (1988). Se identificó la adopción de herramientas contra verminosis y mejora del peso estudiantil, con énfasis en prácticas corporales. En 1934, Raymundo Faria se unió, fortaleciendo el propósito higiénico y radicalizando la lucha antiparásita. Se concluye que las herramientas en la ESAV buscaron la medicalización de los cuerpos de los estudiantes.

Palabras clave: sanitarianismo; prácticas de higiene; lombrices; medicalización.

INTRODUÇÃO

A Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) foi uma instituição criada em 1921, pelo Decreto nº 5.806, de 30 de dezembro, assinado por Arthur Bernardes, então Presidente¹ de Minas Gerais. Ela foi instalada na cidade de Viçosa, Minas Gerais, distante da capital Belo Horizonte e de Juiz de Fora, importante polo industrial. Contudo, mesmo apartada desses centros econômicos, uma linha férrea vinda do Distrito Federal cortava a cidade de Viçosa e tinha uma estação no terreno da Escola (Borges et al., 2000). O intuito da criação da ESAV foi promover o incremento da economia do estado pela difusão de um ensino agrícola moderno, pautado na mecanização do trabalho agrícola e no aperfeiçoamento das condições de vida dos trabalhadores rurais (Azevedo, 2005; Borges et al., 2000).

A criação da instituição foi inspirada no modelo de ensino dos Land Grant Colleges estadunidenses, que foram escolas destinadas à resolução prática dos problemas do campo, por meio de saberes de base científica (Ribeiro, 2016). Ademais, foi contratado o agrônomo estadunidense Peter Henry Rolfs² para fundar, organizar e dirigir a Escola. Rolfs foi responsável por elaborar os planos de ensino³ e assumiu o primeiro cargo de direção do estabelecimento.

Igualmente, destacou-se, na sua criação, o engenheiro João Carlos Belo Lisboa⁴, que foi o responsável por chefiar as obras de construção e por instituir a disciplina, tornando-se o segundo diretor. Durante a construção da ESAV, a atuação de Belo Lisboa esteve em consonância com as ações de sanitização do campo. Naquele momento, foi construída uma representação de atraso e doença dos operários rurais, que ocasionou a construção de um serviço de saúde cooperativo, práticas de exame e de medicalização para ancilostomíase e instruções de moral e higiene (Milagres et al., no prelo).

A concepção do projeto formador da Escola situava-se dentro dum amplo projeto de limpeza dos espaços rurais e suburbanos, figurando a saúde e a educação como pilares da regeneração nacional (Rocha, 2009, 2011). Anteriormente à sua construção, em 1910, foram empreendidas expedições científicas rumo ao interior do país. Elas desvelaram um quadro de atraso e de doença que levaram à mobilização da

¹ O cargo de Presidente do Estado equivale hoje ao de governador.

² Peter Henry Rolfs nasceu em 1865, na cidade de Le Claire, Iowa, EUA, e faleceu em 1944. Ele se formou no curso Superior em Agricultura, em 1889, e obteve o título de *master of science*, em 1891, no Yowa State College. No ano de 1920, obteve o título de *doctor of science*, pelo Florida Agriculture College. Segundo Borges et al. (2000), ele é reconhecido como um dos pioneiros no campo da Micologia e Fitopatologia.

³ O plano de ensino abarcou todos os ramos da vida agrícola, sendo: Elementar, para formação de capatazes rurais; Médio, para administradores rurais; e Superior em Agricultura, para Engenheiros Agrícolas, e em Veterinária, para Médicos Veterinários (Azevedo, 2005).

⁴ João Carlos Belo Lisboa (1892-1973) é natural da cidade de Vassouras/RJ, mas cresceu na cidade de Juiz de Fora/MG. Na década de 1910, ele se mudou para São Paulo, onde iniciou seus estudos acadêmicos na Escola de Engenharia de São Paulo, finalizando-os na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1919. Belo Lisboa é considerado o responsável pelo estabelecimento da Escola (Borges et al., 2000).

intelectualidade médica, de engenheiros e de educadores pela difusão da higiene nesses espaços (Fonseca, 2018; Hochman, 2012; Lima & Hochman, 1996; Milagres & Baía, 2023a). Não obstante, a partir de 1918, as políticas sanitárias tiveram penetração no estado de Minas Gerais (Carvalho, 2016) e, conforme demonstrou Milagres (2022), permearam a construção da Escola.

Desse modo, as práticas higiênicas na ESAV não foram isoladas, mas se articulavam às mobilizações sanitárias que precederam a década de 1910, com ênfase para as práticas educativas (Hochman, 2012; Rocha, 2009, 2015). Todavia, ao observar esse quadro histórico na vasta produção historiográfica acerca do higienismo, identifica-se um número ínfimo de pesquisas que tangenciam as instituições rurais de ensino.

Foram levantados 200 artigos, teses, dissertações e monografias⁵, dos quais 31 versam sobre instituições de ensino. Destas, apenas 5 tratam de instituições rurais. Mota (2010) e Tavares (2014) investigaram escolas rurais modelo, de ensino primário, nos estados de São Paulo e de Pernambuco. Já Milagres et al. (2021), Milagres (2022) e Milagres e Baía (2023b) delinearão as suas investigações na ESAV, em Viçosa, responsável pela educação agrícola. Em comum, essas pesquisas enfatizaram a circulação de saberes pela atuação de sujeitos no projeto institucional ou veiculados por periódicos.

O presente artigo objetiva analisar a mobilização de ferramentas higiênicas no projeto formador da ESAV, nos primeiros anos de funcionamento (1927-1935). Para isso, interroga: quais foram as ferramentas higiênicas mobilizadas e as modificações que elas sofreram no decorrer do funcionamento institucional? Quais sujeitos encamparam a manutenção dessas ferramentas? Com qual finalidade elas foram utilizadas? Como se deu a recepção entre os alunos? Tem-se como hipótese que o repertório formador foi constituído de forma a sanear o espaço institucional e os corpos dos rurais, visando a produção de sujeitos robustos para atuar no campo.

Tomou-se como aporte teórico-metodológico a História Cultural, por meio do qual compreende-se que os sujeitos se põem a ler e a construir o mundo social a partir de categorias de percepção do real. Essas categorias são formadas por disposições estáveis e partilhadas, próprias a cada grupo, permitindo-lhes conferir ao outro uma inteligibilidade e decifração (Chartier, 1988). Assim, buscou-se, pelo gesto de redistribuição cultural (Certeu, 2015), dar inteligibilidade àquelas categorias de percepção, de forma a exercer o que Pesavento (2014) sugeriu como representação do já representado.

⁵ O levantamento foi realizado entre os dias 04 de abril de 2023 e 01 de fevereiro de 2024. Utilizou-se os descritores “higienismo”, “higiene”, “Movimento Higienista” e “sanitarismo”, nas bases de dados da *Scientific Electronic Library* (SciELO), Redalyc, *Google Scholar*, Portal Periódico CAPES e Plataforma de Teses e Dissertações da CAPES. Do resultado total de 17.587 estudos, foram selecionados 200 que tratam da temática do higienismo na educação.

Metodologicamente, foi operado um primeiro trabalho de *construção* de documentos com a “massa” de registros institucionais localizada no Acervo Histórico Central da Universidade Federal de Viçosa (ACH-UFV) e no repositório digital da University of Florida Digital Collections (UFDC). No site do ACH-UFV, dois regulamentos institucionais, de 1926 e 1931, e um estatuto, de 1932, que dispunham sobre os objetivos e a organização institucional foram localizados. Além disso, um Álbum de Formatura de 1939. O estatuto e o álbum de formatura foram veiculados ao público externo. Esse último, em caráter festivo, possibilitando observar um panorama retrospectivo das ações institucionais.

Ainda, foram localizados os Relatórios Anuais de 1926, 1927, 1928, 1929, 1934 e 1935, bem como o Relatório Administrativo de 1931, equivalente aos relatórios anuais, porém com maior extensão e detalhamento. Esses relatórios eram enviados ao Secretário de Agricultura do estado, esboçando as ações realizadas no ano. Acresça-se ainda os Relatórios Anuais dos encarregados dos serviços de saúde e de educação física, de 1933 a 1935, endereçados ao diretor da Escola. Por fim, foram acessados atos administrativos sancionados pelo diretor. Todos os documentos anteriores são registros oficiais; porém, ao destituí-los do seu estatuto de verdade, eles possibilitam visualizar investimentos estratégicos e conflitos na trama institucional.

Obteve-se acesso a um questionário, de 1929, com 23 questões abertas, abarcando aspectos formativos e da vida pessoal dos alunos, que foi respondido por 74 estudantes. Este é um documento manuscrito que se revelou uma rica fonte de informações, permitindo visualizar opiniões e anseios dos alunos.

Já no site da UFDC, foi possível acessar a registros pessoais de Rolfs, como troca de correspondências e anotações das Reuniões Gerais⁶. Esse último constitui-se de diversos fragmentos sobre assuntos tratados em reunião, avisos sobre consultas médicas e indícios das medições antropométricas dos alunos, contendo um conjunto de estatísticas.

Sob a orientação da redistribuição cultural de Certeau (2015), operou-se os gestos de separar, de reunir e de transformar esses materiais em documentos. Foram perseguidas as “marcas de higiene” nos documentos acessados, o que possibilitou a separação dos registros e o seu reagrupamento em séries – novos documentos. Num segundo momento, fez-se a “exploração” dos novos documentos numa tentativa de combiná-los e produzir sentidos, tomando como referência a articulação entre os resquícios e os sentidos possíveis da “coleção”. Por fim, esses documentos foram deslocados de forma a produzir uma sequência, em um enredo único, para que fossem narrados (Certeau, 2015). Auxiliaram na leitura e narração dos documentos as noções históricas de repertório (Chamon, 2005; Tilly, 1993) e de representação (Chartier, 1988).

⁶ As Reuniões Gerais eram reuniões diárias destinadas aos alunos, de caráter obrigatório, que tratavam assuntos como higiene, moral e civismo (Azevedo, 2005; Milagres, 2022).

O enredo desse artigo foi disposto da seguinte forma: nos dois primeiros tópicos, foram evidenciadas as duas principais ferramentas higiênicas mobilizadas no projeto formador, durante a direção de Rolfs; no terceiro e quarto tópicos, apresenta-se a reestruturação dessas ferramentas higiênicas, durante a direção de Belo Lisboa, e a chegada de um médico esaviano.

O LUGAR DA HIGIENE NO FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL: ADOÇÃO DE FERRAMENTAS PARA A LIMPEZA DOS ALUNOS

Ao 1º dia de agosto de 1927 tiveram início as atividades de ensino da ESAV⁷, com 25 alunos. Iniciou-se o curso Elementar, com 5 alunos, e o Médio, com 20. A primeira turma do curso Superior em Agricultura teve lugar apenas em março de 1928, quando elevou-se para 50 o número total de alunos. Por fim, a primeira turma de Superior em Veterinária foi recebida em 1932, integrando um total de 219 alunos⁸. Compunham o corpo discente, em sua maioria, os filhos de agricultores (fazendeiros e lavradores), correspondendo a 66,27% do total em 1931 (Lisboa, 1931).

A ESAV dispunha de um sistema de internato que funcionava sob um regime disciplinar rígido e com acomodações que atendiam a diversos princípios de higiene (Milagres, 2022). Aos alunos que optassem por morar fora do internato, a instituição se reservava o direito de “[...] exigir a mudança de residencia de alumnos, por motivo de hygiene ou moralidade” (Regulamento..., 1926, p. 33), numa tentativa de garantir os princípios formativos da Escola.

Igualmente, seria exigido a todos os alunos o asseio corporal e a boa saúde tanto no período de ingresso quanto no de permanência. Ao entrar na ESAV, eles eram instruídos a trazer “[...] roupa de cama, roupa, para que possam andar decentemente vestidos, e os objetos necessarios á hygiene individual” (Estatuto..., 1932, p. 39). Caso não estivessem “decentemente vestidos”, os professores estariam autorizados e impedir-lhes de assistir as aulas, devendo encaminhar os alunos para a direção (Lisboa, 1931). Para auxiliar na limpeza das vestimentas, no dormitório, foi montada uma lavanderia importada da Alemanha, com tanques anexos para a lavagem e a desinfecção das roupas, e uma seção para a goma (Rolfs, 1928).

Por fim, para os cuidados médicos, foi exigido dos alunos o pagamento de uma “taxa de saúde”, que compunha um fundo cooperativo – junto aos professores e funcionários – e dava direito “[...] a um exame dentário annual e a serviços de medico, pharmacia e enfermaria, em pequenas enfermidades” (Regulamento..., 1926, p. 49).

⁷ A direção, que iniciou essas atividades, prolongou-se até 1929 e teve P. H. Rolfs no cargo de diretor e Belo Lisboa na vice direção.

⁸ Entre 1932 e 1935, o número de estudantes da escola ascendeu para 346 alunos.

Os serviços médicos foram mobilizados logo “nas primeiras semanas” de funcionamento, quando cada aluno foi

[...] submettido a exame pelo medico da Escola, sendo esta mais minucioso, e com fim de se descobrirem defeito, que deviam causar precauções especiaes por parte da Escola, e com o fim de evitar que os alumnos se prejudcassem em esportes ou trabalhos manuaes (Rolfs, 1927a, p. 15-16).

Essa primeira ação possibilitava à instituição delinear a composição do corpo discente, a partir do detalhamento “minucioso” da saúde de cada indivíduo. A preocupação com os “defeitos” que pudessem prejudicar a prática de esportes ou dos trabalhos manuais dava centralidade à forma física dos alunos. Esses, por sua vez, deveriam estar fisicamente aptos aos métodos de ensino da Escola, de cunho eminentemente prático (Azevedo, 2005).

A atuação médica no mapeamento inicial do corpo discente indicia a sua legitimação no funcionamento institucional, o que se confirma pelas medidas de prevenção da proliferação de doenças. Como primeira medida, condicionou-se a matrícula dos alunos à obrigatoriedade de um atestado (ou certidão de saúde), “[...] provando não soffrerer de molestia infecto-contagiosa nem repugnante e de ter sido vaccinado contra a variola nos ultimos annos” (Regulamento..., 1926, p. 32). Outra medida deu-se contra a proliferação de verminoses.

As verminoses, com destaque para a ancilostomíase, figuravam como uma das principais endemias que imobilizavam os sertões brasileiros, sendo o cerne das representações negativas dos rurais. Pena (1923, p. 212) acusava que, “[...] a população brasileira mais estragada pela verminose especialmente pela mais grave – a ancylostomose é a rural [...]”, comparando-a a um “[...] fruto bichado – imprestavel ou aproveitavel sómente em parte” (Pena, 1923, p. 211).

Logo, as representações higienistas dos rurais colocavam o seu estado físico em questão, tendo, no personagem literário Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, a sua expressão máxima. Lobato (1956) caracterizou-o pela preguiça, indolência, abatimento físico e pelos vícios; ele era, entretanto, passível de ser revigorado pelas práticas da Medicina.

Na ESAV, a doença se apresentava como uma ameaça desde a construção da Escola, quando Rolfs (1921, 1927b) orientou a escolha de um terreno salubre e a construção de redes sanitárias para evitar a propagação de doenças. A sua preocupação estava voltada para a imagem institucional, uma vez que, se os alunos contraíssem verminoses, “[...] esta má fama durará no estabelecimento durante dezenas de anos” (Rolfs, 1933, p. 2).

Assim, com o início das atividades de ensino, “[...] todos os internos e alguns externos fizeram exame de ankylostomia” (Rolfs, 1927a, p. 16). Os exames acusaram que apenas um dos estudantes testados não apresentava a doença, sendo que, entre os que testaram positivo, alguns possuíam duas ou mais espécies dos vermes intestinais (Rolfs, 1927a). Feita a prescrição de remédio para os “verminosos”, os alunos Carlos Soares de Almeida e Francisco da Silva Guimarães, do Curso Médio, e o aluno Rubens Raposo, do Curso Elementar, recusaram-se a tomar o medicamento.

Aparentemente, houve “considerável desconfiança” entre os alunos para que aceitassem a medicação, o que levou a direção a atuar com o exemplo:

[...] foi elle [o remédio] primeiramente tomado pelo Diretor, Vice-Diretor e professor de Agronomia. Diversas outras pessoas ligadas ao estabelecimento tambem o tomaram, sem que se registrasse um único caso de inconveniencia (Rolfs, 1927a, p. 16).

A medicação prescrita produziu desconfianças entre os alunos, uma vez que as práticas da Medicina não eram usuais em toda a sociedade. O seu uso fazia-se por uma estratégia medicalizante das classes médicas para se impor perante a outras “[...] ‘artes e artistas’ igualmente voltados para o objeto da cura” (Gondra, 2004, p. 55, grifo do autor).

Essa ferramenta de combate às verminoses teve origem nas práticas de limpeza com os operários de construção da Escola, que, conforme identificado por Milagres et al. (no prelo), também impuseram resistências a essas práticas. Houve, naquele momento, a morte de um dos operários, o que produziu desconfianças quanto às práticas médicas (Milagres et al., no prelo) e pode-se supor que a morte desse operário pôde, inclusive, ter motivado o uso do remédio entre os gestores da Escola a fim de provar a inexistência de quaisquer “inconveniências” provocadas pelo medicamento.

A partir dos exames e da medicação, atestou-se um “[...] imediato melhoramento das notas dos alumnos, no seu aspecto physico, e saude geral”. Em contrapartida, “[...] é notável que os que não se submeteram ao tratamento são entre os que mostram menos vigor, notas regulares ou peores, e atrazo geral” (Rolfs, 1927a, p. 16). O desempenho escolar e físico dos alunos foi sugerido por Rolfs como a causa direta da aplicação do tratamento. Entretanto, ao observar a avaliação pelos professores, identifica-se uma não equivalência na afirmação do diretor.

Dos três alunos que se recusaram ao tratamento, apenas Francisco Guimarães e Carlos Almeida apresentaram um baixo rendimento no primeiro semestre letivo. Ambos integraram um total de 11 alunos que precisaram prestar algum exame de segunda época ao fim do primeiro semestre letivo. O aluno Francisco Guimarães foi descrito como “[...] fraco por causa da pouca instrução anterior [...]” e “[...] defeituoso em Portuguez” (Atas de Congregação, 1927, p. 9). Já Carlos teve problemas com disciplina, justificado por três atrasos em dois meses de aula (Atas de Congregação, 1927). Por outro lado, Rubens Raposo sequer configurou-se entre os alunos com baixo

rendimento, tendo sido destacado pelo professor de Aritmética pelo bom desempenho obtido na matéria (Atas de Congregação, 1927).

A contradição entre os registros e o discurso do diretor demonstra uma generalização nos postulados da doença, a partir de uma interpretação tendenciosa do tratamento que favorecia a medicalização do espaço escolar. Por essa concepção medicalizante, a ênfase das condições de aprendizagem se desloca para as patologias, encobrindo problemas políticos, sociais e culturais (Christofari..., 2015). No caso do aluno Francisco Guimarães, do curso Médio, a justificativa da doença acobertava as defasagens na instrução recebida anteriormente, ou, até mesmo, desconsiderava o clima cultural em que ele foi ambientado antes de chegar à Escola.

Stephanou (2006) aponta, entre os higienistas do início do século XX, a existência de uma associação arbitrária quanto às atitudes dos escolares, segundo a qual, por vezes, esses ficavam sentenciados a anormalidades e estados patológicos. Contudo, a autora observa, por detrás dos critérios ditos científicos, avaliações morais e disciplinares (Stephanou, 2006). Isso, porque as avaliações recaiam também sobre as representações corporais, tornando-as como um problema médico. Rocha (2011) observa um projeto de reforma dos costumes, visando formar corpos saudáveis, belos, fortes e com vitalidade, de forma que o inverso representava um desvio moral, passível de estigmas e da correção médica. Buscava-se, portanto, inscrever o corpo numa nova moral, conformando os gestos, as maneiras e as sensibilidades (Rocha, 2009). Assim, a construção da imagem corporal sob os atributos de beleza e de vigor físico tornava o corpo passível de medicalização⁹.

Para retornar à ESAV, o combate da doença recaía sobre a formação corporal dos alunos, com o objetivo de superar as representações de fraqueza física dos rurais. O tratamento, que foi generalizado pelo diretor, incidia não apenas sobre o desempenho escolar, mas também sobre o aspecto físico dos alunos, tornando-se um problema médico. Esse aspecto físico almejado, combinado às exigências higiênicas de asseio corporal e das vestimentas, permitiria representar o “[...] plano legítimo ideal rural [...]” da Escola (Lisboa, 1935).

Desse modo, de forma a autorizar as práticas medicalizantes, o diretor Rolfs (1927a, p. 16) afirmou que “[...] indubitavelmente, a nossa bôa frequencia foi em grande parte devido a terem sido tratados os alumnos contra ankylostomia [...]”, sugerindo que “[...] a Escola continue todos os semestres a realizar esses exames e tratamento”. Assim, o tratamento das verminoses foi mobilizado para o projeto formador esaviano, sendo instituídas ferramentas a serviço da estratégia de limpeza

⁹ Christofari et al. (2015) ressalta que medicalizar não é sinônimo de medicar. Este é apenas um dos tentáculos da medicalização, sendo, talvez, o mais visível ou possível de contabilizar. A medicalização é, antes, a produção de um lugar operado pelo discurso médico, de modo a classificar, corrigir os desvios e instituir modos de viver.

das doenças. O seu intuito era contribuir com o funcionamento geral da Escola e com a formação corporal dos alunos.

O “PESO CERTO”: MEDIÇÃO E APRIMORAMENTO CORPORAL

No intuito de robustecer os corpos dos alunos, o tratamento contra as verminoses foi acompanhado por um projeto de aprimoramento anual do peso corporal. Inicialmente, fez-se apenas “[...] o estudo especial da variação em peso de cada aluno, e do peso que lhe seria mais certo” (Rolfs, 1927a, p. 16). As medições se estenderam ao longo dos primeiros meses e consideravam a idade, peso e altura. Ao que parece, elas eram realizadas por Clarissa Rolfs¹⁰.

As medições realizadas eram confrontadas com o “peso certo”, o qual era definido por um estudo da Medico-Actuarial Investigation, a partir de uma amostra da população dos Estados Unidos. Ele foi veiculado por meio do folheto Pró-Saúde da Associação Cristã de Moços do Brasil. Apesar de ter sido produzido por uma associação brasileira, o folheto referenciava um tipo médio estadunidense. Isso se dava, pois, conforme Baía (2012), a criação dessa associação teve forte influência de grupos religiosos dos Estados Unidos, que viam no Brasil uma nação a ser civilizada nos moldes do país norte-americano.

Na ESAV, essa adoção pode ter ocorrido pelas influências estadunidenses na organização do ensino (Azevedo, 2005). Com isso, diferente das experiências médico-escolares no estado de São Paulo, as quais buscaram identificar um tipo médio paulista entre os escolares (Rocha, 2015), em Viçosa, tomou-se como regra um tipo estadunidense, segundo o qual os alunos esavianos desviantes deveriam ser corrigidos.

Ao tomar como referência o tipo médio estadunidense, os dados obtidos com os alunos esavianos, em 1928, caracterizaram um diagnóstico de precariedade física no corpo discente, em que o peso de mais da metade dos alunos estava 10%, ou mais, abaixo do valor de referência, e dois estudantes estavam acima do peso recomendado (Rolfs, 1928). Esse cenário fez levantar o seguinte questionamento: “É justo gastar as taxas do povo em educar alumnos cujo estado physico lhes impedem de aproveitar plenamente a oportunidade?” (Escola..., n.d.). Tal interrogação certamente foi veiculada nas Reuniões Gerais, nas quais eram tratados os assuntos relativos às medições. Essa questão coloca em evidência os atributos físicos dos alunos, instituindo uma suposta representação de precariedade física dos rurais e buscando persuadir quanto aos cuidados corporais.

¹⁰ Clarissa Stone Rolfs (1898-1965) era filha de P. H. Rolfs e veio com o pai ao Brasil para auxiliá-lo nos trabalhos da ESAV. Ela era formada em Economia Doméstica e atuou ajudando o pai na tradução de publicações e nas correspondências em língua portuguesa.

A fim de aproximar os alunos do “peso certo”, foi incorporado aos testes – realizados ao início e ao final do ano letivo – um projeto anual que considerava a administração da alimentação e dos exercícios físicos¹¹, além da instrução dos alunos quanto ao controle do peso para a prevenção de doenças (Rolfs, 1928). Por meio de preleções, o corpo foi representado como uma máquina, enquanto o alimento era visto como combustível, que deveria nutri-lo para o seu bom funcionamento (Rolfs, 1928).

A representação corpo-máquina esteve no cerne do pensamento higienista, que fazia alusão ao corpo pelo cuidado das engrenagens – com os exercícios físicos – e pela combustão – no consumo de alimentos (Góis Junior, 2003). Nos espaços urbanos, tal comparação favorecia a popularização de hábitos higiênicos entre os trabalhadores da indústria (Góis Junior, 2003) e possibilitou, na ESAV, uma analogia com a produção agrícola a ser veiculada no campo. Além disso, a instrução dos alunos a partir desses preceitos poderia influir sobre a sua alimentação, favorecendo os exercícios físicos e os trabalhos no campo.

A alimentação oferecida no refeitório foi sistematizada com a elaboração de dietas para o controle do peso. O então diretor incentivou o aumento da composição de gorduras e de vitaminas – conforme instruído no folheto Pró-Saúde –, além de proteínas e de minerais (Rolfs, 1928). No plano alimentar do refeitório, buscou-se equilibrar as calorias totais, proteínas, vitaminas (A, B, C, D) e minerais (cálcio, ferro e fósforo), divididas em cinco refeições (café, almoço, merenda da tarde, janta e merenda da noite) (Rolfs, 1928). A produção de alimentos no terreno da Escola permitiria que os alunos recebessem uma “alimentação saudável” e periódica, com a inserção de carnes, verduras, legumes e frutas (Álbum..., 1939; Rolfs, 1928).

Na sequência desses novos empreendimentos, em 3 de dezembro de 1928, os alunos foram novamente pesados e medidos. Os resultados apresentaram um aumento do peso de 4% na média geral; do total de alunos, um alcançou o “peso certo”; quatro estiveram acima; e os demais permaneceram abaixo do valor de referência para a altura (Rolfs, 1928).

A nova classificação, ao final do ano letivo de 1928, indicou que um maior número de alunos se aproximou do valor de referência: 14 deles alcançaram 5% ou menos de diferença do “peso certo”; 18 alcançaram entre 5% e 10%; e 27 estavam com 10% ou mais (Rolfs, 1928). Nesse processo de aferição, foram definidos tipos exemplares entre os alunos, destacados pelo melhor físico e pelo melhor aperfeiçoamento durante o ano. Essa classificação era útil à inspiração dos demais (Rolfs, 1928).

Com isso, na operação de medição sobre o coletivo, emergiam dados individuais por processos de comparação, classificação e distinção, definindo para cada aluno uma forma de inserção na Escola (Rocha, 2015). No entanto, essa estratégia da Escola fornecia prestígio a alguns em detrimento dos demais, e chegou a receber ressalvas de

¹¹ Em 1928, apenas os exercícios militares eram ofertados pela Escola e havia um time de futebol mantido pelos próprios alunos (Borges et al., 2000).

alunos. Paulo Martins de Abranches protestou que “[...] não deveria dar menção honrosa a alumnos nem tão pouco fazer classificação [...]”, pois, para ele, “[...] isto não constitui estímulo” (Questionário, 1929), corroborado pelo aluno Paulo Salvo, que se manifestou pela abolição da menção honrosa (Questionário, 1929).

Em síntese, pode-se perceber que, durante a direção de Rolfs, foram mobilizadas ferramentas com a finalidade de impor limpeza e robustez aos alunos; entretanto, por vezes, as práticas incitavam resistências ou críticas dos alunos. Somou-se ao tratamento das verminoses um projeto de aprimoramento anual que considerava medições do peso corporal e da altura, aplicação dos exercícios militares e o controle da alimentação.

“[...] SINTO-ME ACTUALMENTE MAIS FORTE E COM MAIS CORAGEM”: O FORTALECIMENTO DAS AÇÕES HIGIÊNICAS NA ESAV

O ano letivo de 1929 foi iniciado com Belo Lisboa na direção da ESAV, cargo que exerceu até 1935. A sua atuação foi dedicada a estabelecer o projeto criado por Rolfs (Borges et al., 2000). Para isso, a nova direção fez um balanço do conjunto de rotinas investido na educação e na saúde dos alunos. Por meio de um questionário, buscou-se saber, entre outros objetivos, se durante a permanência na Escola saúde dos estudantes havia melhorado. Dos 74 questionários respondidos, 18 alunos afirmaram ter mantido o seu estado de saúde após o ingresso na instituição; os demais relatam ter obtido melhoras.

O aluno Antônio Secundino de S. José afirmou não ter obtido melhoras, pois a sua saúde se conservava estável há cinco anos. Por outro lado, ele considerou que “[...] a vida ao ar livre, o exercício e a hygiene offerecidos pela Escola constituem facto importante na estabilidade de minha bôa saude” (Questionário, 1929).

Conforme relato dos alunos que obtiveram melhoras, o tratamento contra a ancilostomíase contribuiu para a saúde de Geraldo Carneiro e Oswaldo do Valle, pois Oswaldo já era “forte” quando ingressou na Escola, no entanto, “[...] devido ao combate aos vermes [...]”, ele passou a se sentir “[...] mais forte e com mais coragem” (Questionário, 1929).

Os benefícios dos exercícios físicos e da alimentação também foram destacados no ganho de disposição (Paulo Salvo), de peso (Gastão Vieira Bastos, Olympio de Resende Reis e Celso Anastacio Barbosa) e de força e robustez (Joaquim Braga, Romulo Peltier Gonçalves e Rubens Benatar). Paulo notou ter desenvolvido o seu físico e adquirido “[...] maior disposição pelo trabalho e uma vida sempre alegre” (Questionário, 1929). Já Olympio, entusiasmado, afirmou que “g[...] ozo-me [de] optima saude durante este periodo em que estive neste estabelecimento, engordei-me 7 kilos [...]”, enquanto Celso se vangloria de ter ganhado 10 quilos (Questionário, 1929).

Percebe-se nos relatos que os alunos buscaram amparar as diferentes ferramentas higiênicas da Escola apontando as suas contribuições para a sua condição física. Assim, de forma similar à tática identificada por Silva e Góis Junior (2023) numa escola do subúrbio carioca, na ESAV, os alunos buscaram repetir no questionário as intenções manifestas pelo uso das ferramentas na Escola a fim de obter recompensas. Mesmo no caso de Antônio Secundino, que negou a existência de melhoras na saúde, são ressaltados o valor da rotina de exercícios e de higiene ofertados pela Escola.

Para expandir tais benefícios higiênicos, a direção de Belo Lisboa promoveu amplas reformas das ferramentas instituídas pela direção anterior. Em 1929, os serviços de saúde – médico, farmácia e dentista – foram reunidos num único órgão, no Serviço de Saúde da ESAV. E, em 1931, instituiu-se o atendimento em domicílio e o direito dos familiares de professores e funcionários aos serviços, além de instruções higiênicas pelo médico em Reuniões Gerais (Lisboa, 1929; Regulamento, 1931).

No mesmo ano, foi criado o Serviço de Desportos, que, conforme relatou o diretor, era “[...] baseado em normas científicas de modo a proporcionar aos alumnos o indispensável melhoramento físico” (Lisboa, 1929). Os exercícios militares foram fortalecidos e instituiu-se, no currículo de formação, com caráter obrigatório, a “[...] educação física [...]” – ginástica –, por dois períodos de duas horas semanais, ministrada por um sargento (Lisboa, 1929). Os esportes foram oficialmente inseridos e “[...] incentivados por todos os meios, para que se estabeleçam firmemente na Escola, e influam decididamente para que os seus alunos adquiram os hábitos higiênicos de sua prática” (Lisboa, 1931, p. 32). Criou-se uma praça esportiva, em 1931, a partir da qual se fez a inserção de diversos “esportes modernos”, que contou com o envolvimento dos alunos (Baía, 2006).

Nesse mesmo ano, o diretor considerou o estado de robustez dos alunos como “[...] plenamente satisfatório” (Lisboa, 1931, p. 16). Não obstante o fortalecimento da instrução militar na Escola, a formação corporal foi atrelada a intuítos patrióticos. Belo Lisboa (1931) incentivou a atuação dos educadores em “pról dos destinos patrios” e, mediante o revigoramento promovido, afirmou: “[...] não tememos exagerar que, observados, sob certos pontos de vista, [os alunos] não poderão temer a concorrência de melhores, e nenhum outro país, de civilização muito mais desenvolvida que o nosso” (Lisboa, 1931, p. 16).

A representação física dos alunos no campo, antes debilitada, passa a ser elevada à possibilidade de progresso nacional. No entanto, ela ocorre dentro de um regime medicalizante, no qual os corpos dos alunos são atravessados por um conjunto de ferramentas higiênicas e são engajados por uma retórica patriótica. Contata-se, por esse meio, que as aproximações entre a higiene e o patriotismo eram difundidas pelo discurso educacional da época, que, além disso, atribuía à escola uma visão salvacionista tanto com relação aos indivíduos quanto com relação à Nação (Abreu Junior & Carvalho, 2012). O diretor buscava, portanto, incutir nos alunos o cuidado

corporal sob a crença em uma “nação rica e saudável”, almejada pelos higienistas (Fonseca, 2018).

A manutenção dos serviços de saúde ampliou o alcance das práticas médicas da Escola, porém, em contrapartida, enfrentou ingerências pelo número de atendimentos. Até 1933, o número de alunos chegou a 248 alunos, por consequência, o número de professores, funcionários e de famílias atendidas também aumentou. Logo, mesmo frente aos problemas financeiros enfrentados pelo estabelecimento naquele ano (Azevedo, 2005), Belo Lisboa insistiu na contratação de um médico para atuar em regime integral na ESAV.

Em 1º de março de 1934, foi efetivada a contratação do médico dr. Raymundo Lopes de Faria. Ele foi encarregado do Serviço de Saúde e de Educação Física, e ficou responsável por auxiliar no Departamento de Veterinária (Lisboa, 1934). O médico era natural da cidade de Viçosa e formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), em 1930. Ele atuava no Hospital São Sebastião, de Viçosa, e foi um dos principais responsáveis por sua consolidação (Morelli & Magalhães, n.d.). Pesou na sua contratação o fato de ter sido estagiário no serviço de Educação Física do Exército (Lisboa, 1934).

Com a contratação do novo médico, foi criado o Departamento de Educação Physica, submetido à sua chefia. O departamento foi atrelado ao Serviço de Saúde da ESAV, também sob sua direção. Nesse período, houve a adoção de exames morfofisiológicos – composto de exames clínicos e biométricos – nas aulas de “educação physica”. Os exames eram registrados em fichas individuais e ficavam sob a guarda do Serviço de Saúde, contendo características morfológicas e fisiológicas dos alunos. O intuito era garantir o “[...] aproveitamento integral, quanto á saúde da gymnastica e Educação physica que se pratica na E.S.A.V.” (Faria, 1935, p. 415).

Acredita-se que esses exames se assemelhavam aos exames morfológicos realizados em escolas do estado de São Paulo (Rocha, 2015), acrescidos de exames clínicos. Conforme Rocha (2015), os exames morfológicos eram acrescidos de informações pedagógicas úteis à classificação das crianças em turmas homogêneas. No caso da ESAV, essas mensurações podem ter sido utilizadas na composição de turmas nas aulas de “educação physica”, a fim de construir uma prática “efficientemente dosada e methodica”. Também na composição da turma de “alumnos athletas”, que eram “[...] examinado[s] e controlado[s] em todo o seu periodo de treinamento” (Relatório..., [1935]).

Houve dificuldades na realização dos exames pela falta de material “[...] para controle morphophysiological dos alumnos, sendo isso reflexo da situação financeira precarissima por que tem passado este Educandario” (Relatório..., [1935]). Foi “[...] feito o possível para que essa lacuna fosse preenchida [...]”, com o fichamento dos alunos “[...] com os recursos possiveis e com algum material pedido a facultativos da cidade” (Relatório, [1935]).

Em face disso, percebe-se a insistência nos empreendimentos médicos, mesmo com dificuldades financeiras. Tais esforços contribuiriam para o projeto formador institucional, devido à “[...] natureza dos trabalhos desta Escola [...]”, que “[...] exigem que seus alumnos ao terminarem seus cursos, tenham gosto pelo trabalho physico” (Relatório, [1935]). Buscava-se, com isso, formar um “homem ideal”, dotado de “[...] resistencia, vigor physico, disciplina dos musculos e controle da vontade sob o domínio de um caracter viril e puro alliado a uma intelligencia esclarecida” (Relatório, [1935]).

Dessa forma, observa-se que, sob a direção de Belo Lisboa, as práticas corporais ganham destaque na medicalização dos corpos na ESAV. Elas possibilitariam formar um corpo vigoroso, com o domínio dos gestos e das vontades, o que complementaria a formação moral, de um “caracter viril e puro”, e intelectual, de uma “intelligencia esclarecida”. Para isso, as práticas corporais deveriam ser ditadas sob as regras da racionalidade médica, de forma “dosada e methodica”, para possibilitar uma remodelação dos corpos e dos gestos (Rocha, 2011). Isso tudo guiado pelo objetivo maior dos higienistas, a formação integral (Gondra, 2004).

“GUERRA AOS VERMES”: CAMPANHA EM PROL DA LIMPEZA INSTITUCIONAL

Ao ser contratado, o médico dr. Raymundo Faria foi incumbido de reorganizar o Serviço de Saúde da ESAV, assumindo a direção. Logo no início dos trabalhos, aos 15 dias de abril de 1934, ele anunciou uma campanha de “Guerra aos Vermes”¹², iniciando “[...] obrigatoriamente [com] o serviço de exames de fezes e medicação dos verminosos” (Faria, 1934, p. 338). Para isso, foi criado o Serviço de Prophylaxia e Tratamento da Verminose, com o mapeamento e o combate das verminoses entre todo o pessoal esaviano – diretor, professores, servidores e alunos.

A ação do médico viçosense estava em conformidade com a instituição em que ele havia se formado, a FMRJ, que era considerada um polo de irradiação higienista no combate às doenças tropicais. A FMRJ protagonizou a formação de agentes num “[...] pretenso projeto de medicalização da sociedade [...]” para legitimar o poder médico-higiênico (Gondra, 2004, p. 59). Especialmente a partir da década de 1920, essa atuação se deu pelo combate às endemias rurais (Hochman, 2012). Assim, a campanha de “Guerra aos Vermes” estava em sintonia com as propostas dos higienistas brasileiros, que, conforme orientações de Pena (1923), deveria priorizar o combate à ancilostomíase. Segundo ele, a doença assumia proporções de até 80% entre a população rural brasileira, o que impossibilitava qualquer esforço de empreendimento no campo (Pena, 1923).

Na ESAV, os procedimentos de tratamento se deram por um controle médico minucioso dos esavianos. A coleta de fezes era realizada pelo médico no momento da

¹² Essa expressão era utilizada por Belisário Pena nos folhetos educativos (Pena, 1923).

consulta do paciente e era seguida de um rigoroso exame do seu estado de saúde. Na sequência, eram analisadas pelo zelador com os instrumentos do Laboratório de Parasitologia. Identificada a existência de ovos dos vermes, o zelador informava ao médico, que dava início à medicação do paciente (Faria, 1934, 1935).

O mapeamento realizado revelou um espaço institucional “infestado” pelas verminoses. No que diz respeito aos alunos, foram realizados 370 exames no primeiro semestre, identificando um total de 263 casos positivos (71%), sendo os alunos recém ingressos os “mais infestados” (Faria, 1934). A diferença entre os alunos veteranos¹³ e calouros¹⁴ se deu pela prática sugerida pelo ex-diretor Rolfs de exame e medicação dos alunos ao ingressarem na instituição.

No segundo semestre, os exames foram novamente realizados. Destacou-se o número de não comparecimentos entre os alunos para a realização do segundo exame, retornando apenas 113 dos 263 casos positivos (Faria, 1934). A esse número se somava a redução da taxa de visitas ao consultório médico, de 922, em 1933, para 598, em 1934 (Faria, 1934).

As reformas empreendidas pelo novo médico em 1934 foram recebidas de forma positiva pela direção, que conferiu uma bonificação financeira mensal, acrescida ao salário do médico (Junta Administrativa, 1935). Belo Lisboa repercutiu os resultados de forma autorizar a radicalização das práticas higienistas ao afirmar que “[...] devem eles [os resultados] servir de incentivo a favor da campanha contra a verminose” (Lisboa, 1935).

Logo, em 1935, iniciou-se a campanha “[...] com maior intensidade [...]”, estendida a todos aqueles que, direta ou indiretamente, pudessem fornecer riscos à salubridade da Escola (Faria, 1935, p. 406). Enquanto em 1934 foram realizados 856 exames; em 1935, o número elevou-se para 2.424, abarcando o pessoal da escola, familiares e servidores cooperativos (Faria, 1935). Para a medicalização dos verminosos, utilizaram-se 677 vidros de *Panvermina*, 789 cápsulas de *Thymol*, 738 cápsulas de *Chenopolio*, 35 quilos de “sulfato de sódio” e 5 quilos de “óleo de rícino” (Lisboa, 1935).

Com a energização do combate à ancilostomíase em 1935, foi adotada como prática o exame e a medicação sistemáticos, para um combate da doença. O exame era realizado uma primeira vez e, conhecidos os casos positivos, esses eram novamente submetidos ao exame e à medicação até tornarem-se negativos. Esse procedimento medicalizante era orientado por Pena (1923), para que, persistindo na testagem e na medicação, o doente fosse curado dos vermes.

O tratamento sistemático possibilitou que a Escola alcançasse resultados significativos aos interesses institucionais, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Réplica do resultado dos exames de verminose realizados com o pessoal da Escola em 1935, na última aferição.

¹³ Consideram-se veteranos os alunos que ingressaram no ano anterior ao referido exame.

¹⁴ Consideram-se calouros os alunos que ingressaram no mesmo ano do referido exame.

	Exames feitos	Negativo	Positivos	Necator ¹⁵	% positivos	% Necator	Não fizeram exame
Alumn.	194	102	92	75	47,6%	33,5%	140
Operar.	147	131	10	0	11,2%	0	0
Admin.	58	56	2	0	3,4%	0	0
Prof.	25	25	0	0	0%	0	15

Fonte: Faria (1935).

A intensificação das ações sanitárias contra a verminose possibilitou que, nas palavras de Faria (1935), fosse alcançado o percentual de 0% entre os operários, o pessoal administrativo (inclusos encarregados, zeladores e preparadores)¹⁶ e os professores. Tal afirmação foi contrastada com o tratamento dos alunos, que impuseram resistências aos exames e sofreram críticas do médico. Ainda que, entre os professores, 15 tenham rejeitado os exames sem qualquer comentário do médico e do diretor. Alunos de todas as turmas da Escola apresentaram resistência, conforme a Tabela 2¹⁷.

Tabela 2 – Réplica do resultado dos exames de verminose dos alunos em 1935, distribuídos por curso

Cursos	Exames feitos	Negativos	Positivos	Necator	% positivo	% Necator	Nº alunos	Não fizeram exames
S.8	7	6	1	1	14%	14%	16	9
V.8	1	1	0	0	0%	0%	4	3
S.6	6	4	2	1	33%	10%	12	6
V.6	2	2	0	0	0%	3	3	1
S.4	13	9	4	4	31%	15%	24	11
V.4	1	1	0	0	0%	0%	9	8
S.2	17	8	9	9	53%	30%	23	6
V.2	9	7	2	2	22%	22%	13	4
M.4	26	11	15	15	58%	38%	58	22
M.2	47	27	20	20	42%	21%	64	17
F.2	48	22	26	26	56%	56%	61	13
Avul.	17	4	13	13	76%	70%	47	30
	194	102	92	75	-	-	332	130

Fonte: Faria (1935).

Siglas: Fundamental 2º período (F2); Médio 2º p. (M2); Superior em Veterinária 2º p. (V2); Superior em Agricultura 2º p. (S2); Médio 4º p. (M4); Superior em Veterinária 4º p. (V4); Superior em Agricultura 4º p. (S4); Superior em Veterinária 6º p. (V6); Superior em Agricultura 8º p. (S8); Superior em Agricultura 8º p. (S8); Avulsos (Avul.).

A distribuição quantitativa dos alunos que se recusaram aos exames dá a entender, a princípio, que existiu uma maior resistência entre os alunos que tinham

¹⁵ “Necator”, ou *necator americanus*, foi, segundo Pena (1923), a forma de ancilóstomo predominante no Brasil.

¹⁶ Observa-se que, entre os operários e o pessoal administrativo, ainda persistia um percentual de infectados de 11,2% e 3,4%, respectivamente, que o médico justificou como referente “[...] a pequena quantia de Tricocephalo” (Faria, 1935, p. 406). Ele se valia de estudos da Fundação Rockefeller para assegurar que esse percentual se referia apenas a “portadores” da doença, não a transmissores.

¹⁷ Os números apresentados são imprecisos. Diferente da tabela, no relato escrito pelo médico foram anunciados 340 alunos (total), com 146 recusas aos exames (Faria, 1934).

recém ingressado na instituição. Entretanto, quando o percentual de recusas ao exame em cada turma é observado, constata-se que, nos cursos Superiores, foi apresentada maior resistência, com destaque para V.4 (88,9%), V.8 (75%), S.8 (56,3%), S.6 (50%) e S.4 (45,9%). Nessa escala, foram desconsiderados os avulsos, isto é, alunos veteranos fora do cumprimento regular, com 63,8% dos alunos resistentes.

Quando analisamos com maior profundidade esses resultados, fazendo a separação entre os veteranos (inclusos os avulsos) e os calouros de todos os cursos, percebemos o predomínio percentual de resistência entre os veteranos (52% = 90 alunos), que se sobrepõe à dos calouros (24,8% = 40 alunos). Isso sugere, para além de resistência dispersa – manifesta desde as primeiras práticas medicalizantes –, a existência de um movimento de resistência entre os alunos veteranos, especialmente nos cursos Superiores, que ganhou efeito com o expressivo quantitativo de calouros resistentes¹⁸.

Essa hipótese não é distante (dos indícios das fontes), tendo em vista que os alunos das turmas V.8, S.8, S.6, bem como os alunos de S.4, V.4, em março e início de abril, vivenciaram um período anterior à entrada de dr. Raymundo Faria, em que o “tentáculo” medicamentoso da medicalização era menos explícito, e era aplicado apenas quando do ingresso dos alunos e por ocasião das consultas médicas, sem a constante persuasão da campanha. Essa recusa ao medicamento pode ser pensada, inclusive, entre os alunos que fizeram o exame, mas não cumpriram o tratamento como orientado durante a consulta. Eles também foram orientados em preleções como “Conselhos e medicamentos contra verminose; Verminose, sua prophylaxia” (Faria, 1934); “Verminose. Perigos – Prophylaxia”; e, “Verminose – Necessidade de combater-a” (Faria, 1935). Diferentemente dos outros grupos, não houve queda significativa na taxa de infecção dos alunos que fizeram os exames, reduzindo o percentual de verminoses de 71%, em 1934, para 47,6%, em 1935, e de necator de 40% para 33,5%, respectivamente (Faria, 1934, 1935).

Outra explicação para a predominância da resistência reside nos estigmas impressos sobre a doença. Como explicitado anteriormente, as verminoses caracterizavam representações higienistas que negativavam a imagem dos sujeitos rurais marcados pelos estigmas de atraso, preguiça, fraqueza física e indolência. Com a presença da doença, esses estigmas poderiam recair sobre o aluno detectado positivo, impactando a construção da sua identidade. Certamente, ser aluno da ESAV conferia – e indiciava – um lugar de prestígio naquela sociedade, pois, como alerta Baía (2006), os custos para o ingresso e a permanência na Escola eram elevados, mesmo no curso Elementar. Assim, a autorrepresentação social de cada um, especialmente nos cursos Superiores, com o predomínio de filhos de fazendeiros, ou

¹⁸ Em uma entrevista com o aluno Paulo Salvo, já adulto, ele afirma a existência de uma forte união nas turmas e de um laço de coleguismo entre os alunos ocasionado pelo regime de internato e o contato permanente entre eles (Borges et al., 2000). Essa convivência pode ter tido influência nesse movimento de resistência.

de famílias abastadas das cidades, certamente produzia recusas, afastando-os do tratamento.

As resistências dos alunos em aderir à campanha contra verminoses provocou indignações no médico esaviano, que afirmou:

[...] os alumnos não querem compreender a vantagem do tratamento, e jamais se interessarão pela resolução do problema, si a isso não forem obrigados. Verificamos aqui na Escola o grande paradoxo: o alumno, homem educado e instruído, constituindo perigo de transmissor de verminose ao homem do campo, ao operario rustico (Faria, 1935, p. 406).

Quando das recusas aos exames, dr. Raymundo Faria buscou tirar proveito do episódio, fazendo o uso de uma antítese entre o “civilizado x rústico”, que figurava na representação pelo “homem letrado x homem do campo”, de forma que o pêndulo fosse favorável ao poder médico. Nessa equação, o homem do campo rústico havia sido livrado da doença pela faceta médica da Escola e estava em perigo e, por isso, devia ser protegido. Por outro lado, o homem educado e instruído, que a instituição propunha formar, se recusava a ser higienizado, sendo esta uma condição fundamental para a sua civilidade (Gondra, 2004). Assim, por não compreenderem os benefícios individuais e coletivos, mas considerando o ideal de formação da ESAV, eles deveriam ser obrigados ao tratamento.

O movimento de resistência dos alunos se somou à indisciplina apontada pelo diretor, que considerou “[...] não ter sido o anno de 1935, em nada feliz, quanto á conducta dos alumnos, apresentando mesmo grande contraste com o de 1934” (Lisboa, 1935). Indicou-se como causa os “elementos de cidades”, que deveriam ser inibidos com a “assistencia permanente da Escola”. Isso permitiria proteger os valores rurais, para não “[...] desvirtuar seu plano legitimo [de] ideal rural [da ESAV] ou espalhar entre outros alunos pouco precavidos, vicios e costumes prejudiciais á vida” (Lisboa, 1935).

A defesa dos valores rurais por Belo Lisboa, imbuído de um discurso higienista e patriótico, e a higienização dos rurais, por dr. Raymundo Faria, consolidaram a “alma ruralista” da instituição (Mota, 2010). Logo, as medidas coercitivas sugeridas por ambos passaram a se ancorar na conservação desse espírito, ou protegê-lo, obrigando os alunos desviantes a agirem conforme as rotinas do projeto formador da Escola. Alimentou esse intento coercitivo a impossibilidade de Belo Lisboa ostentar a limpeza das verminoses na ESAV ao término da sua direção, anunciando apenas a limpeza dos operários (Milagres et al., no prelo).

Portanto, as práticas discursivas no projeto formador esaviano tinham como objetivo a elevação do campo pela higiene, de forma a justificar o repertório de

ferramentas mobilizadas num “ideal” de homem a ser formado. No entanto, a radicalização das práticas medicalizantes no combate às verminoses levou a um movimento de resistência mais amplo dos alunos às práticas médicas. Tal oposição ao exame e à medicação demonstrava uma insatisfação dos alunos quanto a essa ferramenta, o que foi recebido pelo diretor e pelo médico como uma falta de disciplina que deveria ser coagida, corrigida com força e em favor do espírito da ESAV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de ensino da ESAV foram iniciadas com a disposição de um espaço higiênico e de arregimentações que privilegiavam o estado de saúde dos sujeitos. Rolfs foi o primeiro diretor e, durante a sua atuação, foram mobilizadas ferramentas para o combate às verminoses e para o aprimoramento do peso corporal dos alunos, o que possibilitou a medicalização dos corpos na Escola. A sua finalidade era superar uma suposta representação de fraqueza física dos rurais, veiculada pelos discursos higienistas da época.

O exame e a medicação contra verminoses foram ferramentas mobilizadas pelas experiências com os operários de construção. Com os alunos, criou-se uma rotina de tratamento no seu ingresso, que foi acompanhada por um mapeamento do estado de saúde. Contudo, os primeiros alunos impuseram resistência ao uso do medicamento, levando a direção a atuar com o exemplo, comprovando a segurança do remédio. Mesmo assim, três alunos se recusaram a tomar o medicamento.

Completo essa medicalização um projeto de aprimoramento do peso corporal, a partir do controle da alimentação e da prática de exercícios militares. Para isso, os alunos eram inicialmente pesados e, após serem submetidos à rotina da Escola e instruídos quanto à saúde, era novamente aferido o seu peso. Almejava-se, dessa maneira, aproximá-los de um tipo médio estadunidense.

Com a direção de Belo Lisboa, em 1929, fez-se a manutenção das ferramentas instituídas, com destaque às práticas corporais. Além disso, foram criados o Serviço de Saúde da ESAV e o Serviço de Desportos. Por meio desse último, instituiu-se a “educação physica” obrigatória e os esportes foram privilegiados, com a inauguração de uma praça esportiva, em 1931. Esse último atendia aos interesses dos alunos, que criaram uma equipe de futebol. Ademais, foi aprimorada a instrução militar. Essa formação física na Escola, incentivada por Belo Lisboa, se aparelhava a um discurso patriótico de elevação nacional pelo revigoramento do campo.

Nos dois últimos anos da direção de Belo Lisboa, foi contratado o médico dr. Raymundo Faria, incumbido de chefiar o novo Departamento de Educação Physica e o Serviço de Saúde. Logo, o médico esaviano atrelou o departamento ao serviço médico e instituiu os exames morfofisiológicos nas práticas corporais. Essa manutenção

permitiria um maior refinamento da ferramenta em favor dos seus benefícios higiênicos. Além disso, foi intensificado o combate às verminoses a fim de eliminar a doença. Todavia, os alunos impuseram um movimento de resistência às práticas médicas, gerando indignação no diretor e no médico – esse último ainda sugeriu a obrigatoriedade do tratamento.

Portanto, percebe-se que foi constituído um conjunto de rotinas no repertório higiênico na Escola com a finalidade de medicalizar os corpos dos alunos, motivada pela representação higienista dos sujeitos rurais. A medicalização, que norteou a atuação dos diretores da ESAV, foi intensificada a partir da chegada do médico dr. Raymundo Faria. Com isso, almejava-se construir uma imagem institucional em defesa da formação de sujeitos limpos e robustos no campo.

REFERÊNCIAS

Abreu Junior, L. de M., & Carvalho, E. V. de. (2012). O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. *Trabalho, Educação e Saúde*, 10(3), 427-451.

Álbum de formatura. (1939). Recuperado de: <http://atom.ufv.br/index.php/album-de-formatura-de-1939>

Atas de Congregação. (1927). Recuperado de: <http://atom.ufv.br/index.php/image-11>

Azevedo, D. S. (2005). *Melhoramento do homem, do animal e da semente: o projeto político pedagógico da ESAV (1920-1948), organização e funcionamento* [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.

Baía, A. C. (2006). *O esporte na consolidação e propagação do espírito Esaviano* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Uberlândia.

Baía, A. C. (2012). *Associação Cristã de Moços no Brasil: um projeto de formação moral, intelectual e física (1890-1929)* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Minas Gerais.

Borges, J. M., Sabioni, G. S., & Magalhães, G. F. P. (2000). *A Universidade Federal de Viçosa no século XX*. Imprensa Universitária da UFV.

Carvalho, E. V. (2016). *A emergência das práticas médico-educativas da Saúde Pública Estadual de Minas Gerais (1910-1935)* [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas.

Certeau, M. (2015). *Escrita da história* (3a ed.). Forense.

Chamon, C. S. (2005). *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913)* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Minas Gerais.

Chartier, R. (1988). *A história cultural: entre práticas e representações* (2a ed.). Difel.

Christofari, A. C., Freitas, C. R., & Baptista, C. R. (2015). Medicalização dos modos de ser e de aprender. *Educação & Realidade*, 40(4), 1079-1102.

Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (n.d.). Recuperado de: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00054/49x?search=esav>

Estatuto da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1932). Recuperado de: <http://atom.ufv.br/index.php/image-01>

Faria, R. L. (1934). *Relatório apresentado pelo Dr. Raymundo Lopes de Faria [...]*. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.02.05.02. Recuperado de: <http://atom.ufv.br/index.php/relatorio-de-professor-4>

Faria, R. L. (1935). *Relatório do Serviço de Saúde da ESAV referente ao ano de 1935*. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.02.05.02. Recuperado de: <http://atom.ufv.br/index.php/relatorio-de-professor-4>

- Fonseca, C. M. O. (2018). A história da política de saúde no Brasil: interpretações e trajetórias. In L. A. Teixeira, T. S. Pimenta, & G. Hochman (Org.), *História da saúde no Brasil* (pp. 403-429). Hucitec.
- Gois Junior, E. (2003). *O século da higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)* [Tese de Doutorado]. Universidade Gama Filho.
- Gondra, J. (2004). *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. EdUERJ.
- Hochman, G. (2012). *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil* (3a ed.). Hucitec.
- Junta Administrativa. (1935). *Processo nº 272 [...]*. Acervo Histórico Central da UFV, Código de referência: BR MGUFV 01.02.02.01. Recuperado de: <http://atom.ufv.br/index.php/documentacao-da-junta-administrativa>.
- Lima, N. T., & Hochman, G. (1996). Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira república. In M. C. Maio, & R. V. Santos (Org.), *Raça, ciência e sociedade* (pp. 23-40). Fiocruz.
- Lisboa, J. C. B. (1929). *Relatório apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Djalma Pinheiro Chagas [...]*. Recuperado de: <http://atom.ufv.br/index.php/relatorio-de-1929>
- Lisboa, J. C. B. (1931). *Relatório apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Ovidio João Paulo de Andrade [...]*. Recuperado de: <http://atom.ufv.br/index.php/relatorio-anual-de-1931>
- Lisboa, J. C. B. (1934). *Relatório anual pelo Diretor da Escola [...]*. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.01.016. Recuperado de: <http://atom.ufv.br/index.php/relatorio-anual-de-1934>

Lisboa, J. C. B. (1935). *Relatório anual pelo Diretor da Escola [...]*. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.01.017. Recuperado de: <http://atom.ufv.br/index.php/relatorio-anual-de-1935-2>.

Lobato, M. (1956). *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital* (7a ed.). Brasiliense.

Milagres, P. O. (2022). *Em “pról dos destinos patrios”: a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e as marcas do higienismo no campo (1920-1935)* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Viçosa.

Milagres, P. O. M., & Baía, A. C. (2023a). A sanitização dos rurais no discurso higienista da década de 1910. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 8, 1-23.

Milagres, P. O. M., & Baía, A. C. (2023b). Entre a educação física e os esportes modernos: circulação de saberes sobre práticas higienistas na Escola Superior de Agricultura de Viçosa (1940-1948). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 45, 1-7.

Milagres, P. O. M., Oliveira, G. G., & Baía, A. C. (no prelo). Práticas higiênicas na concepção do projeto formador da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1922-1931). *Horizontes*.

Milagres, P. O. M., Oliveira, G. G., & Baía, A. C. (2021). Uma forma de educar na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa: a circulação de discursos higienistas e eugenistas na revista *Seiva* (1940 a 1948). *Horizontes*, 39, 1-19.

Morelli, M. F., & Magalhães, G. F. P. (n.d.) *Personagens e pioneiros da UFV: Raymundo Lopes de Faria*. Recuperado de: <http://www.personagens.ufv.br/?area=raymundoFaria>

Mota, A. (2010). Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do grupo escolar rural do Butantan em 1930. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 14(32), 9-22.

Pena, B. (1923). *Saneamento do Brasil: sanear o brasil é povoal-o; é enriquecerl-o; é moralisal-o* (2a ed.). Jacintho Ribeiro dos Santos.

Pesavento, S. J. (2014). *História & história cultural* (3a ed.). Autêntica.

Questionário. (1929). Acervo Histórico Central da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.01.03.01. Recuperado de: <http://atom.ufv.br/index.php/avaliacao-institucional-3>.

Regulamento de 1926. (1926). Recuperado de:
<http://atom.ufv.br/index.php/regulamento-da-esav-de-1926-1>

Regulamento de 1931. (1931). Recuperado de:
<http://atom.ufv.br/index.php/regulamento-de-4>

Relatório do Departamento de Educação Physica. ([1935]). Acervo Histórico Central da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.03.01. Recuperado de:
<http://atom.ufv.br/index.php/servico-de-educacao-fisica>.

Ribeiro, M. G. (2016). A educação superior norte-americana: gênese de um modelo. *História da Educação*, 20(48), 75-93.

Rocha, H. H. P. (2009). Entre a ortopedia e a civilidade: higienismo e educação do corpo no Brasil. *História da Educação*, 28, 109-134.

Rocha, H. H. P. (2011). Alfabetização, saneamento e regeneração nas iniciativas de difusão da escola primária em São Paulo. *Pró-posições*, 22(2), 151-172.

Rocha, H. H. P. (2015). Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 22(2), 371-390.

Rolfs, P. H. (1921). *Correspondência enviada ao Dr. Arthur da Silva Bernardes em 10 de março de 1921*. Recuperado de: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00096?search=esav>

Rolfs, P. H. (1927a). *Primeiro annuario*. Recuperado de: <http://atom.ufv.br/index.php/esav-2>

Rolfs, P. H. (1927b). *Relatório do Diretor da Escola [...]*. Recuperado de: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00032/1j?search=esav>

Rolfs, P. H. (1928). *Rascunhos das Reuniões Gerais*. Recuperado de: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00044/114j?search=esav>

Rolfs, P. H. (1933). *Correspondência enviada ao Dr. Seabra Muniz [...]*. Recuperado de: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00074/55j?search=esav>

Silva, L. M. M., & Góis Junior, E. (2023). Higiene, educação física e subúrbio: o caderno da Escola Nicarágua (1928). *História*, 24, 1-22.

Stephanou, M. (2006). Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame. *Trabalho, Educação e Saúde*, 1(4), 33-64.

Tavares, M. A. (2014). Para livrar o campo do amarelão, da maleita, do alcoolismo e do ofidismo. A educação rural em Pernambuco nos anos 1930 a 1950. *Educar em Revista*, 54, 141-158.

Tilly, C (1993). Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, 2(17), 253-280

PEDRO DE OLIVEIRA MILAGRES: Licenciado em Educação Física e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

E-mail: pedromilagres.ef@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2178-5279>

ANDERSON DA CUNHA BAÍA: Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor e Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFV.

E-mail: andersonbaia@ufv.br
<https://orcid.org/0000-0002-7363-689X>

Recebido em: 21.12.2023

Aprovado em: 08.05.2024

Publicado em: 01.06.2024

EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:

Eduardo Lautaro Galak (UNLP, Argentina)

E-mail: eduardo.galak@unipe.edu.ar

<https://orcid.org/0000-0002-0684-121X>

RODADAS DE AVALIAÇÃO:

R1: três convites; um parecer recebido.

R2: um convite; um parecer recebido.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Milagres, P. O., & Baía, A. C. (2024). Limpos e robustos: higienização dos alunos na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1927-1935). *Revista Brasileira de História da Educação*, 24. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e331>

FINANCIAMENTO:

Este artigo é fruto de dissertação e foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) – bolsa na modalidade PAPG – Educação (Mestrado). Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada N° 12/2022) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).

